Neoliberalismo, ignorância e conservação

Esteban O. Lavilla

UEL (Fundación Miguel Lillo – CONICET) – Tucumán, Argentina.

Baseado em palestra proferida durante o XI Congreso Latinoamericano de Herpetología, na Pontifícia Universidade Católica do Equador, Quito (Equador), de 24 a 28 de julho de 2017

Passaram-se quase 30 anos desde que nos demos conta dos problemas que afetam os anfíbios ao nível global e, apesar de todas as ações que empreendemos, não só deixamos de reverter, mas não fomos capazes ao menos de atenuar a deterioração para a grande maioria das espécies. Portanto, surge a pergunta, o que fizemos de errado? Para dissipar um pouco a nuvem de pessimismo em que nos encontramos, talvez seja apropriado questionar e refletir sobre este problema, muito complexo, para visualizar os resultados que lograram êxito e as falhas e, portanto, ver se podemos encontrar a saída do labirinto em que estamos.

Talvez alguém se pergunte como um ensaio que refletirá mais sobre política do que sobre biologia em uma revista herpetológica poderá ajudar os anfíbios. A resposta é simples: não podemos exibir analfabetismo político quando hoje, mais que nunca, a conservação depende absolutamente da política. E para entender, vamos começar a partir do título.

Quando falo do neoliberalismo, eu falo sobre eles. Quando digo conservação, eu falo sobre nós. E quando eu aponto ignorância, quero dizer todos.

Ao tratar do neoliberalismo, devemos ter clareza de que não se trata apenas de uma corrente político-econômica, mas de uma ideologia que envolve todos os aspectos da vida em uma sociedade organizada. Em um desses retornos cíclicos que vemos na América do Sul, após uma década de governos populistas (que, a propósito, não olharam para a conservação dos recursos naturais), voltamos a um modelo que pensávamos ter tido seu fracasso retumbante no início do milênio. Enquanto escrevo isso, em agosto de 2017, o neoliberalismo está instalado pelo voto democrático na Argentina, Colômbia, Paraguai e Peru, se instalou por um golpe da mídia no Brasil, como oposição paralisa a Venezuela e, embora se autodenominem governos de centro-esquerda, administram a economia no Chile e Uruguai. Como conservacionistas, devemos estar conscientes desta mudança de orientação e filosofia dos governos dos países do continente (e grande parte do mundo ocidental), porque envolvem muitas ações que diretamente se opõem às políticas ambientais que consideremos adequadas.

Vejamos:

O projeto neoliberal no poder não somente reprime, mas normaliza e, deste modo, nas palavras de Michel Foucault[1], vai construindo formatos de pensamento e disciplinando nossa maneira de pensar. E essa realidade "normalizada", que nos instala categorias e critérios gerados pelas corporações macroeconômicas, pretende que acreditemos que não há outra maneira de fazer além daquela que nos impõem. Isto vem a partir da concentração oligopólica dos meios de comunicação, cuja força e penetração vemos cotidianamente. Esta manipulação deu lugar à consolidação do conceito de pós-verdade. Por pós-verdade se define o feito de, ao manipular a opinião pública, embora a verdade não exista, gerar-se consensos para estabelecer que certas ideias passem por verdadeiras. Traduzido em linguagem simples, pós-verdade é o modo politicamente correto de falar mentiras que querem fazer passar por verdades...

Além disso, os governos neoliberais aplicam o decálogo do mal-lembrado consenso de Washington, compilado por John Williamson no final dos anos 80, que propõe, em um de seus destaques, reorientar os gastos públicos, reformas tributárias, a liberação do comércio e das barreiras ao investimento estrangeiro, a flutuação das taxas de câmbio e de juros, e o desmantelamento do estado com a privatização de todas as empresas públicas[2].

Essa ideia de diminuir o gasto público, porque um estado pequeno significa um país grande, como querem nos fazer acreditar, tem sua primeira manifestação na redução de investimentos em educação, ciência e cultura. Quem lê jornais, mesmo aqueles que cantam louvores aos oficialismos de nossos respectivos países, perceberá o notável esvaziamento e desinvestimento em organismos que promovem programas de pesquisa e desenvolvimento. A asfixia da educação pública, gratuita e obrigatória, não é observada apenas no plano econômico (que é o aspecto mais visível e que faz mais barulho), mas também nas modificações, às vezes não tão sutis, realizadas em programas educacionais. No meu país, Argentina, hoje há uma campanha governamental para desprestigiar o ensino de acordo com os ditames do pensamento crítico porque, como mencionado anteriormente, o estado neoliberal deve "normalizar". Dizem que a escola pública mostra baixos rendimentos nas avaliações internacionais como o PISA, sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos, produzido pela OCDE, que é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, cuja missão é promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo[3]... Quer dizer, é um centro de domesticação para obter graduados capazes de resolver os problemas que outros estabeleçam como problemas e, assim, impedir o pensamento autônomo ou discordante...

Em outras palavras – e o que nos importa aqui – o neoliberalismo, além de gerar o empobrecimento dos segmentos médios

da população e a pauperização dos estratos mais baixos, implica no fato gravíssimo de que competências tradicionalmente assumidas pelo Estado passem a ser desempenhadas pelo setor privado, caso representem algum benefício econômico. Caso não produzam benefícios, são diretamente descartadas.

E o que isso tem a ver com a conservação? Bem, do ponto de vista neoliberal, a conservação é um péssimo negócio, porque há um profundo desequilíbrio entre o investimento realizado (ou que deveria ser realizado) e os resultados obtidos (ou que deveriam ser esperados). Além disso, para a doutrina neoliberal, as áreas naturais protegidas são uma fonte constante de lucro cessante. Para aqueles que não estão cientes deste conceito, lucro cessante, neste contexto, é o ganho que se deixa de obter dado o *status* de proteção estrita de uma superfície de terreno determinada. Alguém pensou quanto vale a madeira do Parque Nacional Iguazú, na Argentina, ou o petróleo do Parque Nacional Yasuní, no Equador, ou o cobre do Parque Llullaillaco, no Chile, e assim por diante?

Vocês acreditam, por um momento, que se as corporações econômicas que influenciam o poder político assim se decidam, não conseguiriam burlar as leis necessárias para retirar a condição de proteção? Só precisaria de uma campanha sustentada pelos meios de comunicação cúmplices e iríamos adiante. Se foram capazes de depor uma presidente eleita democraticamente no Brasil, podem imaginar o que podem fazer com uma reserva natural?

Se ainda não ficou claro o que quero dizer com a apresentação desses cenários apocalípticos, acho que devemos repensar e desconstruir, isto é, reconsiderar o que nós temos feito com nossas ações de conservação, que até o momento não têm fornecido os resultados esperados. Devemos pensar que cada vez mais será difícil fechar a lacuna entre a conservação e o desenvolvimento econômico, que já são vistos como ações antagônicas, e interagir com os tomadores de decisão, deixando de lado a ingenuidade acadêmica...

Quando me encontro preso a situações como esta, busco explicar o problema tratando de responder algumas perguntas. Por exemplo:

Por que não temos conseguido os resultados esperados?

Creio que a resposta é simples: porque nós que trabalhamos com conservação podemos elucidar as causas primeiras e últimas e oferecer soluções teóricas e práticas de valor incalculável, mas ainda não temos capacidade factual para aplicar e fazer cumprir essas soluções.

E nas mãos de quem está esta capacidade?

Nas mãos das autoridades que se ocupam em legislar e aplicar as leis e em uma série de outras entidades governamentais que, com frequência, alteram políticas com mudanças no alto escalão.

E por que este divórcio entre o que propõem as soluções e os que devem aplicá-las?

Porque, entre uns e outros, há um amplo terreno de ignorância compartilhada.

Vejamos:

- Geralmente, entre "nós" temos pontos de vista científicos e filosóficos coincidentes. Falamos utilizando a mesma linguagem e estamos convencidos de que o problema que analisamos tem prioridade sobre todos os outros.
- Por vocação, deformação profissional ou simples ignorância, frequentemente isolamos os problemas de conservação do complexo contexto social, cultural, político e econômico em que estão imersos os nossos países.
- Geralmente, não nos colocamos no lugar "deles", os políticos e economistas, que deveriam ser nossos interlocutores válidos. Ignoramos as suas razões e usamos diferentes códigos de comunicação. Além disso, mesmo algo tão básico como a linguagem compartilhada é com frequência mutuamente incompreensível.
- Finalmente, partimos de escalas temporais e de necessidades imediatas diferentes: enquanto biólogos, falamos com escalas geracionais ou multigeracionais. O tempo dos economistas termina no próximo balanço, o dos políticos na eleição seguinte e o da maior parte da população, onde deveríamos encontrar aliados, no fim do mês.

Para reafirmar esta percepção, convido o leitor a fazer um exercício simples, que envolve comparar diferentes percepções em relação a um mesmo evento. O que vê um herpetólogo quando se depara com uma espécie de anfíbio em alguma das categorias de risco da IUCN? De imediato surge um turbilhão de respostas, que vão desde modificações irreversíveis de hábitat até doenças emergentes, passando por outras centenas de fatores. Mas o que veem os funcionários encarregados de legislar e aplicar as leis quando se deparam com uma espécie de anfíbio que se encontra em alguma das categorias de risco da IUCN? A resposta é nada. Não veem nada. E mais, nem sequer lembram que os anfíbios existem, porque a última vez que ouviram falar deles foi, no melhor dos casos, quando tinham 14 anos e iam à escola... Possivelmente até sentirão alívio, porque cada vez serão menos girinos que terão de ser retirados da piscina em sua casa de condomínio ou bairro fechado...

Resumindo, a conservação da diversidade biológica em geral, e dos anfíbios em particular, em países emergentes como os nossos, é uma questão duplamente difícil, dado que, mais do que os problemas intrínsecos envolvidos, se deve lutar contra numerosos fatores extrabiológicos. De fato, a maior parte destes países sobrevive como exportadores de matérias primas, com pouco ou nenhum valor agregado, e a geração desses recursos impacta diretamente os espaços naturais, com as consequências conhecidas por muitos. Está claro que a conservação biológica deixou de ser um problema de que se devem ocupar apenas os biólogos para ser uma preocupação de toda a sociedade. Mas o obstáculo aqui é dado por uma combinação de fatores que têm a ver com a política, a economia e a ignorância, ou a franca estupidez. Esta combinação constitui os ingredientes de uma tempestade perfeita para a conservação da natureza em geral e dos anfíbios em particular.

Portanto, apesar dos triunfos por nós obtidos, resultantes de muito esforço, como conservacionistas temos de perceber

que a realidade é outra, que o mundo é outro, que a saída das grandes potências do Tratado de Paris deve acender um sinal de alerta e que devemos começar a desconstruir velhas certezas e evitar cair na autocomplacência. Quando nos confrontarmos com os tomadores de decisão do poder real, lembremos que não se deve sentar em uma mesa de pôquer com a mentalidade de jogadores de xadrez. Assumamos de uma vez que não só a conservação global de anfíbios, mas que também as nossas ações como conservacionistas, estão em crise. Se não tomarmos consciência disso é porque nos tornamos burocratas.

Notas:

[1] Embora o tema da "normalização" tenha sido amplamente desenvolvido ao longo de sua obra, sugiro a leitura de "Le panoptisme et le redressement des Morales" em Focault, M. 1975. *Serveiller et Punir: Naissance de la prison*. Paris. Gallimard. 325pp.

[2] https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform (03/08/2017).

[3] http://www.oecd.org/pisa/pisaenespaol.htm (03/08/2017).

Traduzido do Espanhol por José Perez Pombal Júnior

Neoliberalismo, ignorancia y conservación.

Esteban O. Lavilla

UEL (Fundación Miguel Lillo – CONICET) – Tucumán, Argentina

Han pasado casi 30 años desde que nos diéramos cuenta de los problemas que afectan a los anfibios a escala global, y a pesar de todas las acciones que emprendimos en su nombre, no solamente no logramos revertir, sino que no fuimos capaces siquiera de atemperar el deterioro para la inmensa mayoría de las especies afectadas. Entonces, surge la pregunta ¿qué hicimos o hacemos mal? Para disipar un poco la nube de pesimismo en la que nos encontramos, quizás convenga cuestionarnos y reflexionar sobre este problema, por demás complejo, para visualizar en los resultados éxitos y fallas, y ver si es posible encontrar la salida del laberinto en el que siento que estamos.

Quizás se pregunten en qué ayudará a los anfibios un ensayo que reflexionará más sobre política que sobre biología en una revista herpetológica. La respuesta es simple: No podemos alardear de analfabetismo político cuando hoy, más que nunca, la conservación depende absolutamente de ella. Y para entendernos, comencemos desde el título.

Cuando hablo de neoliberalismo, hablo de ellos. Cuando digo conservación, hablo de nosotros. Y cuando señalo la ignorancia, me refiero a todos.

Al tratar el neoliberalismo debemos tener en claro que no solo es una corriente político-económica, sino que es una ideología que involucra todos los aspectos de la vida de una sociedad organizada. En uno de esos regresos cíclicos que observamos en América del Sur, luego de una década de gobiernos populistas (que, dicho sea de paso, no se lucieron para nada en la conservación de los recursos naturales), hemos retornado a un modelo que creíamos que había mostrado su estrepitoso fracaso a comienzos del milenio. Cuando escribo esto, en agosto de 2017, el neoliberalismo ya está instalado por el voto democrático en Argentina, Colombia, Paraguay y Perú, se instaló por un golpe mediático en Brasil, como oposición paraliza a Venezuela y, aunque se autodenominan gobiernos de centro-izquierda, maneja la economía en Chile y Uruguay. Como conservacionistas debemos ser conscientes de este cambio de orientación y de filosofía en los gobiernos de los países del continente (y de buena parte del mundo occidental), porque conlleva muchas acciones que directamente se oponen a las políticas ambientales que nosotros consideramos adecuadas.

Veamos:

En el proyecto neoliberal el poder ya no solamente reprime, sino que normaliza y, al decir de Michel Foucault[1], de ese modo van construyendo formatos de pensamiento y disciplinando nuestro modo de pensar. Y esa realidad "normalizada", que nos instala categorías y criterios generadas por las corporaciones macroeconómicas, pretende que creamos que no existe otra manera de hacer lo que ellos quieren que se haga que aquellas que ellos nos imponen. Esto viene de la mano de la concentración oligopólica de los medios de comunicación, cuya fuerza y penetración vemos cotidianamente, y esa manipulación dio lugar al afianzamiento del concepto de posverdad. Posverdad define el hecho que, a la hora de manipular a la opinión pública, aunque la verdad no exista se generan consensos para establecer que determinadas ideas pasen por verdaderas. Traducido al lenguaje llano, posverdad es el modo políticamente correcto de hablar de mentiras que nos quieren hacer pasar por verdades...

Además, los gobiernos neoliberales aplican el decálogo del mal recordado consenso de Washington, compilado por John Williamson a fines de los '80, y que propone, en alguno de sus puntos sobresalientes, re-direccionar el gasto público, reformas tributarias, liberalización del comercio, de las barreras a la inversión extranjera y a la flotación de los tipos de cambio y tasas de interés y el desguace del estado con la privatización de todas las empresas públicas[2].

Esta idea de achicar el gasto público, porque un estado pequeño significa un país grande, según nos quieren hacer creer, tiene su primera manifestación en la reducción de la inversión en educación, ciencia y cultura. Cualquiera que lea los diarios,